

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 546.764 - MG (2019/0348047-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : HYGOR JOSE FEITAL BURATO
ADVOGADO : HYGOR JOSE FEITAL BURATO - MG152391
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WADSON BARBOSA ROCHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WADSON BARBOSA ROCHA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n.º 1.0000.19.101011-5/000).

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 35, c.c. o art. 40, incisos IV e VI, ambos da Lei n.º 11.343/2006 e 1.º, *caput* e § 1.º, incisos I e II, e § 4.º, da Lei n.º 9.613/98 (por quatro vezes). Em 24/08/2017 foi decretada a prisão preventiva do Acusado.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal local, que conheceu parcialmente e denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 51):

"EMENTA: HABEAS CORPUS – ARTS. 35 E 40, INCISOS IV E VI, DA LEI 11.343/06 E ART. 1º, CAPUT, INCISOS I E II, C/C §4º, TODOS DA LEI 9.613/98, POR QUATRO VEZES – PRETENDIDA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPOSTOS EM WRIT ANTERIOR – NÃO CONHECIMENTO DE PARTE DO HABEAS CORPUS – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 53, TJMG – ILEGALIDADE POR EXCESSO DE PRAZO – NÃO CONFIGURADA – ORDEM DENEGADA.

- Nos termos da Súmula n.º 53 deste TJMG, 'não se conhece de pedido de *'habeas corpus'* que seja mera reiteração de anterior, já julgado.'
-Os prazos estabelecidos para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, devendo ser guiados pelos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, motivo pelo qual podem variar, desde que justificado o atraso, quando as circunstâncias e a complexidade do caso concreto o exigirem."

No presente *writ* substitutivo de recurso, o Impetrante repisa a tese de excesso de prazo. Afirma que o Paciente encontra-se preso desde 05/07/2019, em virtude

Superior Tribunal de Justiça

de prisão decretada há aproximadamente 2 (dois) anos, sem previsão de encerramento da instrução criminal que aguarda oitiva de testemunhas de acusação não encontradas.

Afirma que o atraso no encerramento da instrução não pode ser atribuído à Defesa, mas à falta de aparelhamento da Comarca.

Outrossim, afirma que o Paciente faz jus à extensão da liberdade provisória concedida aos demais acusados ou a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Acolhi a prevenção à fl. 123.

É o relatório inicial.

Passo à análise do pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

Inicialmente, cumpre destacar que a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça já reconheceu a legalidade do decreto de prisão preventiva em desfavor do Paciente nos autos do HC n.º 437.385/MG, da minha relatoria, assim ementado:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA A CUSTÓDIA CAUTELAR. CONSTRIÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECORRENTE LÍDER DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NECESSIDADE DE INTERRUPTÃO DAS ATIVIDADES ILÍCITAS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. A prisão cautelar do Paciente se encontra de acordo com os preceitos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, mostrando-se suficientemente fundamentada com base nos fatos constantes dos autos, revelando a pertinência da segregação preventiva sub judice como forma de garantir a ordem pública e interromper a atividade criminosa.

2. Na hipótese, o Juízo de primeiro grau destacou que, 'durante as investigações, no cruzamento de dados', apurou-se 'a existência de uma organização criminosa, com atuação na cidade, cujos membros se associaram de forma estável e permanente, com o fim de praticar o tráfico de drogas'.

Superior Tribunal de Justiça

Também consta no decreto preventivo que o Paciente, juntamente com outros corréus, 'estão no comando da associação criminosa para o tráfico de drogas' e 'atuam precipuamente no comércio atacadista de entorpecente, abastecendo as 'bocas de fumo' ', o que demonstra a necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

3. *'A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (STF, HC 95.024/SP, 1.ª Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 20/02/2009).*

4. *As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.*

5. *Demonstradas pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não é possível a aplicação de nenhuma das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei n.º 12.403/2011.*

6. *Ordem de habeas corpus denegada.*" (DJe 13/11/2018)

Outrossim, os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio da razoabilidade. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo processante, o que não se verifica em juízo de cognição sumária.

Conforme ressaltado pelo Tribunal *a quo* (fl. 114):

"O MM. Juiz Singular proferiu decisão que decretou a prisão preventiva do paciente em 24 de agosto de 2017.

Não obstante, o paciente permaneceu foragido por 680 (seiscentos e oitenta) dias, eis que o mandado de prisão somente foi cumprido somente no dia 05 de julho de 2019.

Diante desse quadro, pelas circunstâncias narradas nos autos verifica-se a existência de elementos sólidos que permitem concluir pela necessidade de tal medida, fundamentada, sobretudo, na aplicação da lei penal.

Somado a isso, não se pode perder de vista a complexidade do feito originário, que, conforme informado pela autoridade coatora, se trata de 17 (dezessete) denunciados, com inúmeras diligências, e foi desmembrado em relação ao paciente e outros.

Superior Tribunal de Justiça

Atualmente, o feito encontra-se na fase de apresentação das defesas prévias, aguardando conclusão para designação de audiência de instrução e julgamento.

A Autoridade Coatora informou, ainda, que a denúncia foi recebida no dia 10 de agosto de 2018, e que já foi realizada uma audiência de instrução, onde foram ouvidas 13 (treze) testemunhas e alguns réus, ausente o paciente.

Nota-se, portanto, que não há letargia na instrução processual que possa ser atribuída à inércia ou desídia do Poder Judiciário em sua prestação jurisdicional.

O trâmite processual, dentro dos parâmetros de sua complexidade, vem seguindo marcha regular, razão pela qual não há que se falar em constrangimento ilegal em decorrência do excesso de prazo para a formação da culpa."

Por fim, friso que o acórdão impugnado não tratou do pedido de extensão da liberdade provisória que teria sido concedida aos corréus na origem, sendo vedada sua apreciação por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de violação ao princípio da dialeticidade e de supressão de instância.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeiro grau de jurisdição, mormente sobre a situação prisional do Paciente e o andamento da ação penal.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora